



ACÓRDÃO Nº562/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11446/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto da Mulher Dona Lindu.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Maria Grasiela Corrêa Leite (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6145/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto da Mulher Dona Lindu. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria com desempate da Presidência**, nos termos do voto-destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcaíl consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** da Prestação de Contas, sob responsabilidade da **Sra. Maria Grasiela Corrêa Leite**, nos termos do artigo 22, III, "b", da Lei Orgânica desta Corte.
- 10.2. **Aplicar Multa** a **Sra. Maria Grasiela Corrêa Leite**, como responsável pelo Instituto da Mulher Dona Lindu, no exercício de 2016, no valor de **R\$ 13.654,39 (treze mil, seicentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, nos termos do artigo 308, VI, do Regimento Interno deste Tribunal. A referida multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº562/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido o Relator que votou pela Regularidade com Ressalvas da presente PCA, com determinações e multa mais branda.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Junho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral